

DEMOGRAFIA DA DESIGUALDADE

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NEGROS NO BRASIL

Elza Berquó

Introdução

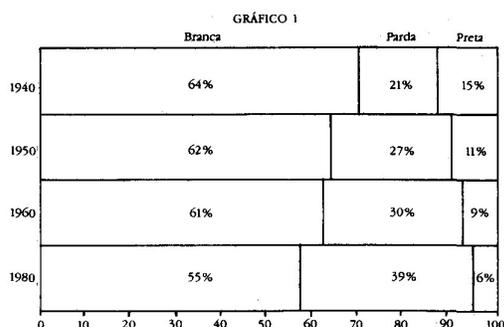
Nos últimos quarenta anos assiste-se, no Brasil, a uma diminuição relativa das populações declaradas brancas e pretas e, conseqüentemente, a um aumento relativo dos pardos (*gráfico 1*).

A população branca cresceu a taxas médias anuais de 2,10%, 2,94% e 2,16% nos períodos 1940-50, 1950-60 e 1960-80, respectivamente, atingindo a 64.540.467, em 1980. Já os pretos tiveram, no primeiro período, uma redução de sua população, em termos absolutos, passando de 6.035.869 a 5.692.657 pessoas, ou seja, sujeitos a uma taxa anual de -0,58%. Nos períodos seguintes houve uma certa recuperação, e o crescimento foi da ordem de 0,84% e 0,61% ao ano, respectivamente.

Os pardos, por sua vez, apresentaram um crescimento vigoroso, entre 1940 e 50, traduzido por uma taxa anual de 4,62%; curiosamente, essa se desacelera no período seguinte, 4,09%, para permanecer em 4,05% entre 1960 e 80.

A grande dificuldade ao tratar de entender o papel da mortalidade, da nupcialidade e da fecundidade na determinação dos diferentes ritmos de crescimento desses segmentos populacionais reside, em primeiro lugar, na forma como é gerada a informação sobre a cor. Ela passa pela classificação utilizada e pela forma de levantamento, onde entrevistado e entrevistador são responsáveis pela resposta. Nos censos de 1940 e de 1950, o quesito cor foi pesquisado segundo uma classificação referida a brancos, pretos e amarelos e um quarto grupo denominado de pardos, para incluir os que não haviam sido enquadrados nos três grupos anteriores.

Trabalho preparado para ser apresentado na reunião "The Demography of Inequality in Contemporary Latin America", promovida pelo Center for Latin American Studies, Universidade da Flórida, Gainesville, Flórida, 21-24 de fevereiro de 1988.



Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1980

Extraído de Berquó, E. et alii — *Estudo da Dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1986 (Textos NEPO, 9).

Observação: Os amarelos não incluídos aqui representaram 0,6% da população brasileira ao longo dos 40 anos.

No censo de 1960 foi mantida a classificação anterior e pela primeira vez aparece a pré-codificação contendo os quatro grupos: branco, preto, amarelo e pardo. Em 1970 esse quesito é eliminado do censo demográfico, voltando em 1980 com a classificação na ordem: branco, preto, pardo e amarelo. Em que pese o fato de que exista menção explícita de que é o recenseado que deve fazer a declaração de cor, como bem assinala Araújo (1988), "entretanto, há na situação de pesquisa, como em outras situações sociais, toda uma etiqueta de relacionamento elaborada, no caso, a partir da ideologia das relações raciais na sociedade brasileira, que faz com que de fato sejam várias as possibilidades de obtenção do registro da informação de cor envolvendo tanto o informante quanto o entrevistador".

Outra dificuldade enfrentada no estudo da demografia do negro no Brasil refere-se à existência e à disponibilidade da informação. Esse é o caso dos censos de 1940 e 1950, para os quais só se dispõe das tabelas publicadas nos volumes correspondentes. A falta do quesito cor no censo de 1970 deixa um vazio de informações de vinte anos quanto a esse item, exatamente em um período de significativas transformações no padrão demográfico brasileiro.

Mesmo diante dessas dificuldades, e correndo, portanto, riscos quanto a interpretações, tentaremos lançar algumas hipóteses que conduzam a auxiliar no esclarecimento do ritmo de crescimento da população declarada preta.

1. Mortalidade

Segundo Wood e Webster (1987), os brancos, em 1950, tinham uma chance de viver 7,5 anos a mais do que os não-brancos, cuja esperança de vida ao nascer estava estimada em 40 anos. No decurso de trinta anos,

DEMOGRAFIA DA DESIGUALDADE

brancos e não-brancos ganharam aproximadamente 19,2 anos, alcançando os primeiros, em 1980, uma expectativa de vida de 66,1 anos e os não-brancos, 59,4 anos.

Garcia Tamburo (1987) apresenta os seguintes resultados para a mortalidade infantil, segundo a declaração de cor das mães.

TABELA 1
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos* — Brasil

Censos ¹	Branca	Parda	Preta	Negros**	Total
1960	105	151	140	148	122
1980	77	105	102	105	89

(1) Devido a problemas de disponibilidade de dados para certas Unidades da Federação, o censo de 1960 não considera o total da população brasileira. Trabalhou-se, portanto, com subtotaís que não consideravam os seguintes estados: Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Guanabara, Santa Catarina, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas e Pará. Foram também calculados subtotaís para o censo de 1980 não considerando as Unidades da Federação anteriores, tornando-o, assim, comparável ao de 1960, de modo a possibilitar uma análise diacrônica da mortalidade infantil nas distintas subpopulações consideradas.

(*) A mortalidade infantil foi estimada a partir da informação básica referente às mulheres de 20 a 24 anos.

(**) "Negros" refere-se a "Pardos e Pretos".

Extraído de Garcia Tamburo, Estela Maria — *Mortalidade Infantil da População Negra Brasileira*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Inquestionável é a situação de injustiça social traduzida pelos altos níveis de mortalidade infantil dos segmentos mais pobres da população, que são os pretos e pardos. Em conjunto, esses dois grupos levaram vinte anos para atingir o nível de mortalidade infantil que os brancos possuíam em 1960. Quando controlada pela instrução da mãe, ainda permanece, para cada categoria fixada de instrução, um claro diferencial por cor, no qual os pretos são sempre os mais desfavorecidos. Para mães analfabetas, 120 de cada mil nascidos vivos de mães pretas, em 1980, morriam no primeiro ano de vida, sendo de 95 por mil a chance de morrer, se nascido de mãe branca (*tabela 2*).

TABELA 2
Mortalidade infantil por mil nascidos vivos, segundo declaração de cor e instrução das mães — Brasil 1980

Nível de Instrução	Cor				
	Branca	Parda	Preta	Total	Negra
Sem instrução	95	110	120	107	112
1 — 3 anos	85	93	101	90	94
4 — 7 anos	69	84	86	76	84
8 anos ou +	57	70	82	62	71

Fonte: Tabulação Especial Censo Demográfico, 1980

Extraído de Garcia Tamburo, Estela M. — *Mortalidade Infantil da População Negra Brasileira*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Dadas as condições materiais de vida, a mortalidade infantil e a mortalidade adulta dos pretos e também a dos pardos é muito superior à dos brancos.

2. Nupcialidade

Os pretos se casam² mais tarde do que os brancos ou pardos (Berquó, 1987). Enquanto a idade à primeira união está em torno de 22,5 anos para as mulheres brancas e pardas, as pretas se casam quase um ano mais tarde. Para os homens pretos há também um certo retardo na idade ao entrar na união (*tabela 3*).

(2) Casamento aqui compreende os quatro tipos presentes na sociedade brasileira, ou seja, civil e religioso, só civil, só religioso e consensual.

TABELA 3
Idades médias de primeira união e celibato definitivo, para homens e mulheres, segundo a cor — Brasil 1980

Cor	Mulheres		Homens		Diferença na Idade ao Casar
	Idade ao Casar	Celibato	Idade ao Casar	Celibato	
Branca	22,7	7,7	25,7	5,5	3,0
Parda	22,5	8,0	25,4	5,2	2,9
Preta	23,4	13,4	26,3	7,8	3,1

Extraído de Berquó, E. — *Nupcialidade da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Essa situação não é nova, conforme Monteiro (1950), que estimou em 23,6 anos a idade ao casar para pretas, em 1950, em contraste com 22,4 e 22,8 anos para brancas e pardas, respectivamente. Analogamente, para os pretos, que naquela época se casavam, em média, com 27 anos, enquanto os brancos com 26,2 e os pardos com 26,7 anos.

O que mais chama a atenção, entretanto, é o alto celibato das pretas; de fato, 13,4% delas chegam solteiras aos 50 anos de idade, índice 1,7 vez maior do que o correspondente às brancas e pardas. Embora os homens pretos se casem com maior intensidade do que as pretas, a frequência de celibato entre eles é também superior à dos brancos e pardos.

Olhando a questão do ângulo da classificação das mulheres por estado conjugal, vamos encontrar (*tabela 4*) que apenas 47,1% das pretas encontravam-se unidas, taxa essa praticamente constante entre 1960 e 1980, e muito inferior às proporções observadas para brancas, ou seja, 57,4% (Berquó, 1987).

DEMOGRAFIA DA DESIGUALDADE

TABELA 4
Distribuição das mulheres por estado conjugal segundo a cor — Brasil

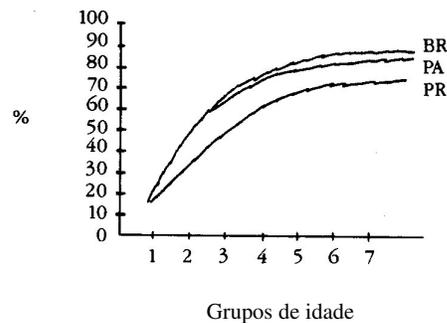
Estado Conjugal	1960			1980		
	Branca	Parda	Preta	Branca	Parda	Preta
Casada	59,9	54,2	47,2	57,4	54,1	47,1
Solteira	29,2	32,9	36,8	30,0	32,8	35,8
Separada*	2,4	4,2	4,8	3,2	3,8	4,4
Viúva	8,3	8,6	11,1	8,3	7,5	10,6
Sem declaração	0,2	0,1	0,1	1,1	1,8	2,1

(*) Inclui separadas, desquitadas e divorciadas.

Extraído de Berquó, E. — *Nupcialidade da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Essa situação se mantém em todos os grupos etários, na faixa de idade reprodutiva da mulher, como demonstra o gráfico 2.

GRÁFICO 2
Proporção de mulheres unidas
Brasil 1980



Extraído de Bercovich, A. — *Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Mesmo levando em conta que a disponibilidade de parceiros de ambos os sexos seja apenas um, dentre muitos outros, dos fatores que podem influenciar o nível de celibato, em sociedade monogâmicas (Dixon, 1978), vale a pena examinar o equilíbrio ou desequilíbrio entre os sexos,

para cada um desses segmentos populacionais. A razão de sexos, em 1980, para brancos foi igual a 96,3 homens para 100 mulheres, sendo de 101,6 para pretos e de 101,8 para pardos. Além disso, para pretos, a superioridade masculina se dava até os 30 anos de idade (Berquó, 1987).

Desse ponto de vista, é de se estranhar que justamente as mulheres pretas que contam com um excedente de homens pretos, exatamente na faixa etária mais favorável às uniões, acabem por ter menores chances de encontrar parceiros para se casar. Nossa hipótese é de que o excedente de mulheres brancas na população, deve levá-las a competir, com sucesso, com as pardas e pretas, no mercado matrimonial.

Pode-se interpretar que os números apontam nessa direção. De fato, a análise da composição por cor dos 20.532.215 casais presentes no censo de 1980 é muito reveladora (tabelas 5 e 6). É altamente significativa a diferença entre a proporção de homens brancos casados com mulheres mais escuras (pardas ou pretas), igual a 11,9%, e a de mulheres brancas casadas com homens mais escuros, 15,3 %³.

(3) $X^2 = 59,43$ significante ao nível de 1 por mil, para 1 grau de liberdade.

TABELA 5
Distribuição das mulheres casadas, segundo a cor dos maridos, por cor — Brasil 1980

Homens \ Mulheres	Mulheres			Total
	Branca	Parda	Preta	
Branca	84,7	14,0	1,3	100,0
Parda	18,0	77,1	4,9	100,0
Preta	10,9	22,1	67,0	100,0

Extraído de Berquó, E. — *Nupcialidade da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Por sua vez, é significativamente ⁴ maior a proporção de homens pretos casados com mulheres mais claras (brancas ou pardas), igual a 41,4%, quando contrastada com os 33% de mulheres pretas casadas com homens mais claros.

(4) $X^2 = 17,12$ significante ao nível de 1 por mil para 1 grau de liberdade.

Também para os homens pardos é superior a proporção dos casados com mulheres brancas, 23%, quando cotejada com a de mulheres pardas casadas com brancos, isto é, 18%. Há, por outro lado, mais pardas casadas com pretos, 4,9%, do que pardos unidos a pretas, 3,2%.

Esses achados estão a indicar que o processo de miscigenação pelo qual vem passando a população brasileira está apoiado numa certa assimetria por sexo, onde a tendência ao clareamento se dá mais por força dos homens buscarem mulheres mais claras.

TABELA 6

Distribuição dos homens casados, segundo a cor das esposas, por cor — Brasil 1980

Homens \ Mulheres	Branca	Parda	Preta
Branca	88,1	23,0	13,0
Parda	10,9	73,8	28,4
Preta	1,0	3,2	58,6
Total	100,0	100,0	100,0

Extraído de Berquó, E. — *Nupcialidade da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

3. Fecundidade

Bercovich (1987), estimando as taxas de fecundidade total para o período 1940-1980, por cor, verificou que até 1960 as mulheres pretas apresentavam sistematicamente menor número médio de filhos do que as brancas e estas, do que as pardas. Esta situação se revertendo em 1980.

Como é sobejamente conhecido, a população brasileira sofreu, a partir de 1960, uma redução da ordem de 32% em sua fecundidade, com 7% ocorrendo no período 1960-70 e 28% entre 1970 e 1980. Essa queda foi sentida maiormente entre as mulheres brancas, chegando a atingir 44%, enquanto as pretas experimentavam 16% de declínio, cabendo 23% às pardas (*tabela 7*). Com isso, pela primeira vez, nesse período de quarenta anos, as pretas acabam por ter uma fecundidade superior à das brancas.

TABELA 7

Taxas de fecundidade total por cor⁵ — 1940-1980

Censos	Fecundidade por Cor		
	Branca	Preta	Parda
1940	5,99	5,53	6,28
1950	6,07	5,80	6,92
1960a	6,16	5,79	6,85
1980b	3,44	4,86	5,25
1980c	3,56	5,12	5,63

(5) Para 1940, 1950 e 1960 foi utilizada a metodologia proposta por Carvalho (1974).

Extraído de Bercovich, A. — *Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

a — Os dados utilizados deste censo não incluem algumas unidades da Federação. Veja-se a respeito a nota (1);

b — Dados de 1980 comparáveis aos de 1960;

c — Censo completo de 1980.

Como já foi visto quando se tratou da nupcialidade, o retardo na idade ao casar e o maior celibato das pretas pode ser um dos fatores evocados no sentido de explicar a menor fecundidade das pretas, até 1960.

Além disso, Bercovich (1987) mostra que foi sempre maior para as pretas a proporção de mulheres que não tiveram filhos. De fato, no período, 1940-1960, é bastante mais elevado o percentual de mulheres pretas que não geraram filhos nascidos vivos (*tabela 8*).

TABELA 8

Proporção de mulheres de 15 a 49 anos que não tiveram filhos nascidos vivos — Brasil 1940-1980

Anos	Branca	Preta	Parda
1940	38,5	41,7	39,6
1950	39,3	43,3	39,7
1960	37,1	43,6	40,1
1980	35,0	36,3	35,6

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos

Tratando-se de um período caracterizado por nenhum ou por muito pouco uso de meios contraceptivos, os níveis, digamos, médios de mulheres sem filhos estariam dados pelos encontrados para brancas e pardas, aliás, bastante semelhantes em 1940 e 1950. Em vista disso, somos levados a pensar que três fatores poderiam ser responsabilizados pela elevada taxa de mulheres pretas sem nascidos vivos:

- menor chance de concepção, ou seja, elas seriam mais estéreis;
- menor chance de levar uma concepção a termo, ou seja, elas seriam menos fecundas;
- maior prevalência de abortos induzidos.

Obviamente, essas situações não são mutuamente exclusivas, podendo estar presentes inclusive para uma mesma mulher. Por outro lado, não se pode descartar poder ser o homem, no casal, o responsável pela esterilidade temporária ou definitiva.

É preciso salientar ainda que essa linha de argumentação relativiza o papel da mortalidade materna, supostamente maior para mães pretas do que brancas, dadas suas distintas condições materiais de vida. Se, de fato, maior mortalidade materna se associa positivamente a maior prolificidade, então poderia estar havendo subenumeração de contingentes não desprezíveis de mulheres pretas muito prolíficas, aumentando assim, artificialmente, a taxa das sem filhos. Não se dispõe, infelizmente, até o momento, de informações que permitam quantificar o papel desse componente.

Da mesma forma, inexistem para a população brasileira estudos sobre esterilidade e perdas fetais, diferenciais por cor. O trabalho de Wright e Pirie (1984), entretanto, lança alguma luz nessa direção. De fato, esses autores, diante da intrigante queda da fecundidade dos negros americanos ocorrida no período 1810-1940, em ritmo superior à experimentada pela

população branca, atribuem e demonstram que grande parte desse processo se deveu à "subfecundidade involuntária", devida às doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a gonorréia e a sífilis, e suas seqüelas, principalmente doença inflamatória pélvica, que levam à infertilidade e a perdas fetais involuntárias, como aborto e nascidos mortos.

Como se sabe, a gonorréia, a sífilis e as infecções por Chlamydia todas sexualmente transmissíveis, se constituíram em sério problema em todo o mundo antes que a penicilina se tornasse disponível em meados da década de 1950 (Willcox, 1972). Altamente contagiosa pelo ato sexual na mulher ela leva à esterilidade tubária, via doença inflamatória pélvica. Por sua vez, gravidezes em mulheres com sífilis podem terminar em aborto ou morte fetal tardia.

Considerando-se a alta prevalência tanto da gonorréia como da sífilis no Brasil, no período pré-penicilínico, sua alta associação com condições de saúde, as quais, por sua vez, estão fortemente correlacionadas com a pobreza, é de se supor que essas doenças sexualmente transmissíveis desempenharam também em nosso país um papel de relevo na determinação dos níveis mais baixos de fecundidade das mulheres pretas, tanto pela infertilidade quanto devido às perdas fetais. Berquó e Gomes (1986) mostraram a presença de um aumento da sífilis no município de São Paulo entre 1928 e 1945, coincidindo com um declínio da fecundidade no mesmo período, e uma reversão na tendência da fecundidade no período pós-penicilínico, quando a sífilis também começou a regredir. Muito embora o estudo seja restrito a um contexto específico e não tenha tratado separadamente os segmentos de brancos, pretos e pardos, seus resultados podem ser vistos como se constituindo em mais um elemento na direção das hipóteses levantadas. Não se deve perder de vista, por outro lado, que em menor grau esses fatores podem também ter afetado a fecundidade das mulheres brancas e das pardas.

TABELA 9
Prolificidade das mulheres de 15 e mais anos por cor. Brasil — 1940-1980

Anos	Número médio de filhos por mulher que teve filhos, por cor			
	Branca	Preta	Parda	Total
1940	541,4	542,5	552,7	543,4
1950	513,0	532,5	550,7	524,6
1960	490,0	530,0	566,0	510,0
1980	404,8	478,0	506,0	444,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950; Censos Demográficos de 1960, 1980: tabulações especiais

Extraído de Bercovich, A. — *Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO 11).

Tratando de observar a tendência da fecundidade somente para as mulheres que tiveram pelo menos um nascido vivo, Bercovich (1986) mostrou que a prolificidade da mulher preta é superior à das brancas e só perde para a das pardas (*tabela 9*).

Em síntese, pode-se pensar, portanto, que entre 1940 e 1960 a fecundidade das pretas, em confronto com a das brancas, foi sempre menor devido ao fato de serem as primeiras menos férteis e menos fecundas, conquanto mais prolíficas, e entrarem em união mais tarde e mais velhas. De 1960 a 1980, a mulher preta acaba por ter fecundidade superior à da branca por duas razões. Por um lado, o maior controle das causas determinantes das condições de saúde, que tendiam a reduzir a fecundidade da mulher preta. Por outro lado, o fato de a mulher branca ter recorrido mais cedo e mais eficazmente a métodos contraceptivos após 1960.

4. Em resumo

Baseado na ainda incipiente literatura sobre a demografia do negro no Brasil, no período contemporâneo, a maior parte da qual resulta de um projeto em andamento no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, iniciado em 1986, tentamos nesse trabalho esboçar alguns traços do perfil demográfico dessa população. Certas análises permitem já algumas conclusões enquanto outras conduzem a suposições, cuja confirmação está na dependência do prosseguimento do referido projeto ou do surgimento de novas pesquisas.

Uma primeira conclusão geral a ser tirada é que se trata de três perfis demográficos: o dos brancos, o dos pretos e o dos pardos. Reunir pretos e pardos, ainda hoje, nos levaria a perder aspectos e características específicas de cada um desses segmentos populacionais, uma vez que a análise aqui realizada mostrou que eles estão sujeitos a processos de mudança, quanto à mortalidade, ao casamento e à fecundidade, defasados no tempo — os pardos se aproximando cada vez mais dos brancos —, certamente como decorrência de ritmos diversos nas modificações sociais, econômicas e culturais.

Isso posto, o declínio do peso relativo das populações branca e preta no total da população brasileira e, conseqüentemente, o aumento da paridade, se deveu, em linhas gerais, a várias ordens de fatores que resumiremos a seguir.

1. Para a população classificada como branca:

a) A menor mortalidade, a entrada mais cedo em união com um menor celibato e a maior fecundidade da população branca até 1960 podem ser pensadas como responsáveis pelo seu predomínio quantitativo no total da população;

REFERÊNCIAS

Araújo, T.C.N. *A Classificação de "Cor" nas Pesquisas do IBGE: Notas para uma Discussão*. 1988 (mimeo).

Bercovich, A. *Fecundidade da Mulher Negra: Constatações e Questões*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO, 11).

Berquó, E. *Nupcialidade da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987 (Textos NEPO, 11).

Berquó, E., Bercovich, A. e Garcia Tamburo, E.M. *Estudo da Dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1986 (Textos NEPO, 9).

Berquó, E. e Gomes, AC. *O Impacto da Sífilis no Declínio Verificado na Fecundidade no Período 1928-1945 na Capital de São Paulo*. In: Seminário Latino-Americano sobre População e Saúde. Campinas, 23 a 26 de setembro de 1985. Anais. Campinas, UNICAMP, 1986, v.2.

Dixon, R.B. *Late Marriage and Non-Marriage as Demographic Response: Are They Similar?* Population Studies, 32(3): 449-466, 1978.

Garcia Tamburo, E.M. *Moralidade Infantil da População Negra Brasileira*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1987. (Textos NEPO, 11).

Monteiro, RJ. *Analyse de la Nupcialité Brésilienne entre 1940 et 1970*. Louvain, Université Catholique de Louvain, Dep. de Demographie, 1979. Tese de mestrado.

Pacheco, M.P.T. *A Família Negra: Exame de Algumas Questões*. Estudos Afro-Asiáticos (13), 1987.

Willcox, R.R. *A World Look at the Venereal Diseases*. Medical Clinics of North America, 56(5): 1057-1071, 1972.

Wood, C.H. e Webster, P.L. *Racial Inequality and Child Mortality in Brazil*. 1987 (mimeo).

b) O aumento da mestiçagem, isto é, de casamentos com pardos e pretos, e o declínio mais acentuado da fecundidade a partir de 1960 (possivelmente devido ao recurso mais precoce a meios contraceptivos mais eficazes) podem ser pensados como responsáveis pela desaceleração de sua taxa de crescimento e pelo declínio de seu peso relativo, conquanto ainda majoritário, no total da população.

2. Para a população classificada como preta:

A maior mortalidade, a entrada mais tardia em união com elevado celibato, principalmente o feminino, o aumento da mestiçagem, a maior esterilidade feminina e a menor fecundidade até 1960 podem ser pensados como responsáveis pelas baixas taxas de crescimento dessa população e pelo acentuado declínio de seu peso relativo na população total.

3. Para a população classificada como parda:

Embora sujeita a níveis elevados de mortalidade, a mestiçagem e as altas taxas de fecundidade, durante todo o período 1940-1980, são os maiores determinantes das elevadas taxas de crescimento dessa população e, conseqüentemente, do aumento sistemático de seu peso relativo na população total.

Wright, P. e Pirls, P. *A False Fertility Transition: The Case of American Blacks*. Honolulu, Ha, East-West Population Institute, 1984. (Papers of the East-West Population Institute, 90).

Elza Berquó é pesquisadora do CEBRAP e do Núcleo de Estudos de População da Unicamp.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 21, julho de 1988
pp. 74-84
